

A expansão da economia cafeeira no século XIX: o problema da mão de obra e a transição do regime de exploração do trabalho à luz do sistema de parcerias

Otávio Luis Barbosa¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é expor a problemática da oferta de mão de obra durante a expansão da economia cafeeira no século XIX, observando uma forma transitória que se deu no processo de transição do trabalho escravo para o livre no Brasil: o sistema de parcerias. Assim, analisa-se os pilares da economia cafeeira escravista escravocrata, seu declínio e transformação após o fim do tráfico de escravos. Além disso, investiga-se a busca por mão-de-obra capaz de manter a produção de café no momento abordado e as contradições do sistema de parceria.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrante; Lavoura; Economia cafeeira; Mão de obra livre; Mão de obra escrava.

The expansion of coffee economy on XIX century: the labor issue and the transition of the workforce's exploitation in the light of partnership system

ABSTRACT: The goal of this paper is to show the issue of labor supply during the expansion of coffee economy on XIX century, observing a transitory system that occurred on the transition of slave into free labor in Brazil: the partnership system. Thereby, it analyzes the fundamental pillars of coffee slavery economy, its decline and changing after the ending of slave trade. It also investigates the searching for labor able to keep coffee production, and the contradictions of partnership system.

KEYWORDS: Immigrant; Plantation; Coffee economy; Free labor; Slave labor.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil ao longo da primeira metade do século XIX enfrentava transformações políticas e econômicas, sendo a principal delas a independência. Nesse sentido, é importante salientar que sem

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Economia/Ufes).

uma classe comercial de importância quem assumiria os espaços de poder e dominância naquele momento seria a classe dos senhores agrícolas. Dessa forma, a grande agricultura tinha uma consciência clara de que Portugal funcionava como um entreposto oneroso e essa voz dominante necessitava de liberdade comercial (FURTADO, 2007).

Dessa forma, o desaparecimento desse entreposto logo se reverbera em baixa dos preços das mercadorias importadas, facilidades de crédito e outras vantagens para a classe desses agricultores latifundiários (FURTADO, 2007). Sendo assim, o Brasil que deixa de ser colônia de Portugal em 1822, passa a integrar as economias européias, das quais simplesmente dependia muito para o comércio de seus produtos que eram exclusivamente agrícolas.

Como pano de fundo a essas transformações, tem-se o processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista enquanto modelo econômico a ser seguido pelo mundo e é marcado por intensas transformações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, cabe destacar o importante papel do desenvolvimento da economia inglesa enquanto potência econômica que se consolidava naquela época, uma vez que já realizava seu processo de industrialização. Devido a sua forte influência no mundo, era esta nação que tomava a frente a disseminação do liberalismo econômico como forma de pensamento e organização a ser seguido.

Conquanto, segundo Celso Furtado (2007), o avanço do liberalismo econômico inglês contribuiu indiretamente para a formação de uma consciência dos grandes agricultores brasileiros de uma liberdade da colônia perante a metrópole, Portugal. Para Furtado (2007, p. 95), “Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país.”

Ainda segundo o autor, nesse sentido, é nesse momento que a Inglaterra também passa a pressionar a classe senhorial para o fim do tráfico de escravos da África, obviamente partindo de pressupostos morais e ideológicos, mas também com interesse de favorecer a comercialização de açúcar das antilhas que viam a produção escravista colonial como um forte concorrente.

É importante salientar que o Brasil neste momento enfrentava dificuldades com escassez de recursos devido a queda dos preços da cana-de-açúcar e do algodão no mercado externo na primeira metade do século XIX, em detrimento da produção dos mesmos produtos realizada na América Central. Somado a isso, o governo central passava por impasses de arrecadação por conta do privilégio aduaneiro concedido à Inglaterra em 15% *ad valorem* nessa etapa de estagnação do comércio exterior de baixa demanda e agora com concorrência (FURTADO, 2007).

Assim, Celso Furtado (2007) entende que uma condição básica para que houvesse um desenvolvimento da economia brasileira nesse momento pós-independência - primeiro quinquênio

do século XIX - seria a expansão das suas exportações. Era necessário um produto de exportação que utilizasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único insumo de produção que era abundante no território. Segundo Furtado (2007), o território brasileiro contava com pouco mais de 2 milhões de escravos que estavam imobilizados oriundos da indústria açucareira que se encontrava em declínio.

Assim, o café assumiu essa condição de inserção de maneira competitiva, uma vez que as condições para sua comercialização se encontrava favorável. Por assim, o café torna-se o principal produto a ser produzido em território nacional ao longo do século XIX, uma vez que haviam terras férteis, boas condições climáticas e se comportava bem com as relações escravistas de produção até então (CANO, 2007).

No entanto, tal produção esbarra em uma problemática que se mostrava fundamental para a sua continuidade: a mão de obra. Em decorrência das fortes pressões da Inglaterra para o fim do tráfico de escravos que, por sua vez, se encontrava em pleno desenvolvimento industrial, o governo central sanciona a Lei Eusébio de Queiroz. Tal lei impunha um fim ao tráfico de escravos africanos para terras brasileiras. Nesse sentido, tem-se um movimento de cessar paulatino da oferta de mão de obra em momento que havia um novo produto sendo produzido, o qual irá definir a transição do trabalho escravo para o livre.

Dentro disso, o objetivo do presente trabalho é analisar quais foram as reverberações do impedimento do tráfico de escravos para as lavouras de café em sua plena expansão no século XIX. Portanto, analisando como ocorreu o processo de transição do trabalho escravo para o livre nas relações de produção de café. Concomitante a isso, mostra-se algumas contradições nesse processo de transição e na solução encontrada para suprir as lavouras de café para atração de mão de obra.

O artigo está dividido em três partes importantes. Em um primeiro momento, é exposto brevemente o contexto em que se dá o encaminhamento do tema abordado, falando sobre a gestação da economia cafeeira e sua problemática com a oferta de mão de obra. Em seguida, aborda-se os desdobramentos das pressões estabelecidas pela Inglaterra, a fim de fomentar a utilização de mão de obra livre, complicações e os imigrantes como solução. Logo após, mostra-se a forma que se deu o processo de imigração e os deveres que cabiam às partes envolvidas. Por fim, este trabalho apresenta as contradições existente que levaram ao fim do sistema de parceria.

2. GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA, PROBLEMÁTICA DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA E OS IMIGRANTES COMO SOLUÇÃO

O colonizador europeu não viria à América disposto a trabalhar em sua própria produção, outros o fariam em seu lugar. Nesse sentido, Caio Prado Jr. (1948, p. 27) partilha da perspectiva de que não havia na Europa mão de obra suficiente para suprir a demanda da produção agrícola das colônias e, além disso, nenhum cidadão europeu estaria disposto a deixar sua terra em direção às colônias por qualquer preço.

Desse modo, para sustentar o sistema de exploração agora exposto, as metrópoles precisavam sujeitar suas colônias a novas práticas que permitissem o funcionamento do mesmo. Isto é, a adoção de formas de trabalhos compulsórios, em outras palavras, trabalho escravo (NOVAIS, 1979). A partir disso, observa-se a intensificação do tráfico negreiro, a primeira experiência de mão de obra imigrante na América, ainda que uma imigração forçada.

Até então, as motivações defendidas para a escravização dos africanos na América vão desde a falta de disponibilidade de trabalhadores nativos e europeus até a suposta necessidade de aumentar a densidade demográfica da região. É notório, porém, que a real razão segue sendo o comércio mercantilista, a geração de lucros e a acumulação de capital dos capitalistas europeus, uma vez que o tráfico negreiro era um comércio lucrativo para as metrópoles europeias e a importação de mão de obra escrava reduzia os custos nas colônias (NOVAIS, 1979).

A partir disso, a mão de obra escrava foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois foi adotada também em seu período pós-colonial. Isso muito por conta do avanço da economia cafeeira que via na utilização da mão de obra escrava uma forma de dar continuidade ao processo de acumulação dado o baixo custo que se poderia lograr, já que não havia uma contrapartida monetária para com esses trabalhadores.

Celso Furtado (2007) afirma que o café fora introduzido no início do século XVIII e era apenas cultivado para fins de consumo local e doméstico. Tal produto só irá assumir sua importância comercial, chegando a 40% das exportações brasileiras no final do século XIX, quando ocorre um aumento dos preços no mercado externo em decorrência da desorganização do Haiti que era um dos maiores produtores daquele momento.

Em um primeiro momento, ao transformar-se em um importante produto de exportação, o desenvolvimento da produção se dá nas regiões montanhosas próxima a capital do país, Vale do Paraíba, aproveitando uma relativa abundância de mão de obra em consequência da economia mineira (FURTADO, 2007, p. 114). Além disso, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte utilizando animais de tração (FURTADO, 2007, p. 114).

Dessa forma, Furtado (2007), irá dizer que essa primeira fase da expansão cafeeira se realiza a base de um aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados. Assim, inclui-se nisso a

relação de dominação e expropriação escravista que era vigente no país. Sendo essa que caracteriza a colonização e fundamenta as relações que são estabelecidas por aqui.

A empresa cafeeira permite a utilização intensiva de mão de obra escrava, assim Furtado (2007, p. 114) irá dizer dizer que “se assemelha a açucareira”. Entretanto, ainda segundo o autor, “ela irá apresentar um grau de capitalização inferior, por se basear mais no fator de produção terra”. Suas necessidades monetárias de reprodução são menores, em razão dos equipamentos mais simples. Por utilizar do trabalho escravo, a empresa cafeeira, se caracteriza por custos monetários menores.

Por conseguinte, Furtado (2007) observa que somente uma alta dos preços da mão de obra poderia criar empecilhos ao seu crescimento, já que havia uma grande quantidade de terras disponíveis. Nesse sentido, João Manuel Cardoso de Mello (1998) caracteriza o desenvolvimento dessa economia cafeeira mercantil-escravista estando subjugada a três condições fundamentais, bem como: a) disponibilidade de trabalho escravo, b) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável e c) condições para realização desse produto, ou seja demanda. Assim, uma vez posta a produção de café como o produto que poderia realinhar a economia brasileira ao mercado externo, faltava então, resolver a problemática da mão de obra.

As pressões políticas da Inglaterra viriam a ser um empecilho para o Brasil em meados do século XIX, momento de expansão da produção de café. Isso, em detrimento do desenvolvimento do sistema capitalista e o amadurecimento dos pensamentos políticos e econômicos a respeito do tema em questão - trabalho. Assim, a classe senhorial sofria com diversas pressões inglesas para o cessar de tráfico de escravos na primeira metade do século XIX. Houveram duas tentativas em 1826 com um tratado que obrigava o Brasil a abrir mão do tráfico de negros africanos por 3 anos e em 1831 que declarava livre os africanos chegados a partir dessa data (MELLO, 1998). Ambas se mostraram como letras mortas, já que não funcionaram na prática. Assim, a partir de 1845 as pressões se intensificaram e em 1850 é decretado fim do tráfico de escravos através da Lei Eusébio de Queiroz, a qual colocaria um fim estrutural ao regime escravista (BARBOSA, 2003).

É importante salientar que em um primeiro plano o cessar do tráfico negreiro não necessariamente iria afetar a produção, uma vez que haviam escravos imobilizados provenientes da indústria cafeeira. Contudo, conforme se dá a expansão da produção de café a partir de 1850, seria impossível ter sua continuidade por conta da baixa oferta de mão e obra. Nesse sentido, Mello (1998) afirma que não seria possível haver uma produção interna dessa mão de obra escrava mediante a um progresso técnico que resultaria em uma economia desse ativo. Pois, segundo o autor, dentro de uma economia mercantil-escravista, o escravo enquanto escravo não seria capaz de

manejar técnicas no emprego de máquinas. Essa “produção interna significava, portanto, assegurar a reprodução da população mancipia, a partir do estoque de escravos existente quando da abolição do tráfico” (MELLO, 1998, p. 63).

Desse modo, a produção interna de escravos poderia significar a redução da taxa de exploração da mão de obra escrava para que fosse possível haver um saldo positivo entre a taxa de natalidade e mortalidade dos negros. Logo, *coeteris paribus*, tanto a taxa de lucro das instituições quanto às perspectivas de negócio sofreram queda (MELLO, 1998).

A mão de obra escrava, então, passa a ser um empecilho para o contínuo crescimento da indústria cafeeira no Brasil, por vários motivos. Segundo João Manuel Cardoso de Mello (p. 78, 1998), “é absurdo supor iguais as eficiências do trabalho escravo e assalariado”. Além disso, a mão de obra escrava é considerada capital fixo e, portanto, é paga no ato da aquisição e possui rotação mais lenta que o variável, além de se desgastar ao longo de sua vida útil, em outras palavras: o retorno era inferior. Por essas e outras razões, é de se considerar que a indústria escravista, então, estava submetida a uma maior tendência de crise.

Desse modo, todas as vezes que se cogitava e que era debatida a questão da emancipação dos escravos, desde a independência, vinha a tona os questionamentos a respeito da importância de pessoas trabalhando nas lavouras de café. Naturalmente, é de conhecimento que a classe mais interessada em manter o formato de apropriação dos produtos da mão de obra nos mesmos moldes que se dera no início da colonização era a classe senhorial. Ademais, como medida de garantir braços trabalhando - em detrimento das pressões inglesa a respeito do tráfico de escravos -, essa classe utiliza o recurso da imigração, “logo a emancipação e a imigração ficavam, por sua vez, intrinsecamente atreladas” (DA COSTA, p. 109, 1898).

Portanto, como exposto, a solução para o impasse da mão de obra, sugeria-se incentivos à imigração européia. Já antes da independência, por fomentação de D. João VI (DA COSTA, 1989), houve um processo de instalação de aglomerados de imigrantes europeus, com objetivos demográficos. No entanto, essas medidas não obtiveram muito sucesso, na medida em que o desenvolvimento do plantio de café crescia. A questão fundamental era aumentar a oferta de mão de obra que seria destinada para as grandes lavouras de café.

Ademais, à medida que se expandiram as atividades cafeicultoras, mais difícil se tornava a obtenção de trabalhadores atuando na infraestrutura (FURTADO, 2007). Assim, a necessidade de aumentar o contingente de pessoas trabalhando nas lavouras de café e até mesmo em obras públicas não se restringia apenas ao Brasil. Dessa maneira, segundo Celso Furtado (2007, p. 182), até mesmo a Inglaterra enfrentava problemas para alocação de força de trabalho na região conhecida hoje como

o Caribe na produção de algodão, recorrendo a reexportação de africanos apreendidos nos navios negreiros como trabalhadores livres.

Estabelecer uma corrente de imigração para o Brasil não seria algo fácil de se construir, pois os Estados Unidos da América (EUA) exerciam um grande peso sobre as decisões a respeito dos destinos dos imigrantes, como observa Emília Viotti da Costa (1989, p. 120):

Entre 1819 e 1856, saíram dos estados alemães 1.799.853, dos quais mais de um milhão e duzentos com destino aos Estados Unidos. Maior proximidade, significava menores preços de passagens, melhores condições econômicas, oportunidades mais amplas de ascensão social, condições climáticas mais ou menos semelhantes às européias, liberdade de culto, maiores possibilidades de acesso à propriedade e organização política democrática atuavam como fatores favoráveis à imigração que era, assim, canalizada para esse país, principalmente para as regiões onde não existia o sistema escravista.

Dessa forma, para que o Brasil alcançasse algum resultado com políticas imigratórias e chamassem a atenção de levadas espontâneas de imigrantes, seria necessário uma dedicação a atividades produtivas capazes de gerar alguma rentabilidade, que poderiam ser realizadas de duas formas, conforme defende Furtado (2010, p. 184): “Integrando a colônia (Brasil) nas linhas de produção de um artigo de exportação ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país”. Dessarte, essas medidas já estavam sendo voltadas para a plantação de café, visto que naquele momento, ainda segundo o autor, já no século XIX o Brasil era o maior exportador de café.

Caso esses imigrantes resolvessem plantar café, teriam que enfrentar a concorrência das grandes empresas instaladas e que dispunham de um custo de produção reduzido, tendo em vista que utilizavam do trabalho escravo (FURTADO, 2007). Além disso, é de se observar que a classe que dominava a economia cafeeira, cujo os interesses próprios tinham peso nas decisões do governo, não manifestava nenhum interesse em, de acordo com Furtado (2007, p. 184) “[...] subsidiar uma imigração que em nada contribuiria para solucionar o problema da mão de obra em suas plantações [...]”.

No entanto, esse cenário muda quando a política de imigração promovida pelo governo imperial não trouxe nenhum resultado imediato e vantajoso para solucionar o problema da mão de obra na lavoura cafeeira, gerando gastos ineficazes (DA COSTA, 1989). Dessa forma, em um momento em que a necessidade de pessoas trabalhando nas lavouras tornava-se imprescindível, cafeicultores decidem contratar diretamente trabalhadores europeus (FURTADO, 2007), como o senador Vergueiro que, em 1847 transferiu famílias alemãs para sua fazenda (DA COSTA, 1989, p. 122).

Ademais, durante a mesma época, a região da Itália enfrentava diversas crises políticas e econômicas que colocavam em cheque as condições de vida dos italianos, sendo a imigração uma válvula de escape para os residentes do país (FURTADO, 2007). Por assim, os fazendeiros brasileiros tiveram sorte, no sentido de que a oferta de mão de obra italiana estava em alta devido a problema internos da Itália, o que abriu portas para a atuação de empresas brasileiras de captação de imigrantes (HALL, 1989).

3. FORMA DE IMIGRAÇÃO E DEVERES DAS PARTES ENVOLVIDAS

A partir de 1850, o interesse pelos colonos europeus crescia, a partir da cessação do tráfico de escravos, isso muito motivado pelos grandes cafeicultores do Oeste Paulista que viam a possibilidade de substituir os escravos nas lavouras por trabalhadores livres (DA COSTA, 1989). Além disso, a partir 1860 a questão da mão de obra torna-se mais séria, em razão da melhora dos preços do café, que tornava a cultura cada vez mais atrativa para expansão² (FURTADO, 2007, p. 187).

A forma que se deu essa imigração de famílias e trabalhadores europeus, em especial italianos, para o Brasil se diverge da forma pela qual as colônias inglesas deram procedimento a esse processo, onde o próprio empresário arcava com todo o custo de transporte e documentação. A Inglaterra adotava um modelo na época colonial, onde o imigrante vendia o seu ‘trabalho futuro’ (FURTADO, 2007). No caso brasileiro, segundo Furtado (2007, p. 186), “[...] o governo cobria a parte principal desse financiamento, que era o preço das passagens dessas famílias.”

A priori, é de se pensar que todos esses esforços poderiam representar aspectos positivos tanto para quem ‘importava’ essa mão de obra e tanto para quem ofertava sua força de trabalho. No entanto, esse sistema arquitetado, poderia levar a um modelo de servidão temporário, sem qualquer delimitação de tempo de trabalho e de coação (FURTADO, 2007, p. 186). Além disso, como afirma Hall (1989) “os imigrantes estavam à mercê dos proprietários das novas fazendas do Oeste paulista – um grupo que combinava, de maneira notável, alguns padrões de comportamento moderno e capitalista, visando o máximo de lucro.”

Nesse sentido, nota-se que o custo real de todo esse processo era totalmente por conta do próprio trabalhador imigrante. Isso porque, “o Estado financiava a operação, o colono hipotecava o

² “Entre 1888 e 1902, o número de cafeeiros plantados em São Paulo aumentou de 221 milhões para 685 milhões” (Hall, 1989).

seu futuro e da sua família e os fazendeiros ficavam com todas as vantagens” (FURTADO, 2007, p. 187).

Ademais, os colonos eram obrigados, por questões contratuais, a não deixarem a fazenda de café onde fossem trabalhar sem antes pagar toda a sua dívida (FURTADO, 2007, p. 187). É notório que o ambiente no qual essas pessoas estavam inseridas era propício a abusos, uma vez que a única autoridade política fosse o próprio dono do capital cafeeiro. Nitidamente, o rumo tomado era incoerente e por isso era de extrema importância reconsiderar todo o sistema (FURTADO, 2010).

Como observado anteriormente, os colonos europeus tinham grande parte dos custos da viagem e transporte eram financiados, sendo elas adiantamentos que seriam pagos quando pudessem se sustentar com o seu respectivo trabalho. Da Costa (1989), observa que ambas as partes tinham funções para o funcionamento desse sistema de parceria. De acordo com a autora, cabia ao fazendeiro quando “vendido o café, obrigava-se este a entregar ao colono metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos etc”, sendo que também “cobravam-se juros de 6%, que corriam a partir da data de adiantamento”.

Já aos colonos, segundo Da Costa (1989, p. 124):

O colono obrigava-se a cultivar e manter o cafezal limpo, e concorrer em comum, com o serviço correspondente à quantidade de café entregue, para o trabalho que o mesmo exigia até entrar no mercado. Devia conduzir-se disciplinadamente. Não podia abandonar a fazenda sem previamente comunicar essa intenção e saldar primeiramente todos os compromissos. Em caso de dúvida entre os contratantes, era indicada a autoridade local para decidir do dissídio.

Naturalmente, essas normas estavam a mercê de possíveis alterações de acordo com os interesses de quem representava a força política e detinha o capital cafeeiro. Ademais, esse sistema de parceria, como bem observado por Da Costa (1989) anteriormente, representava um trabalho de ambas as partes para a produção de café e acesso a bens de subsistência, tendendo a vantagens para o dono da lavoura. Por esse sistema, a região do Oeste Paulista foi a que mais se beneficiou, sendo Campinas, Constituição, Limeira, Rio Claro e Jundiaí, em 1854, as colônias que mais tiveram acesso aos imigrantes.

4. CONTRADIÇÕES E CRISE DO SISTEMA DE PARCERIA

O sistema de parceria no decorrer de seu tempo acabou por mostrar suas contradições na sua essência que, a priori, não eram possíveis serem vistas em sua aparência, trazendo a tona insatisfação para os colonos e os fazendeiros. Em um primeiro momento, cogitava-se entre os

cafeicultores se livrarem dos colonos, pois entre as queixas deles estavam: indisciplina, falta de disposição para o trabalho e improdutivos (DA COSTA, 1989).

Dentre as reclamações do colonos a respeito do sistema, Da Costa (1989, p. 129) observa:

Reclamavam (os colonos) contra o peso das dívidas que os sobrecarregam já ao chegar à fazenda, em virtude dos preços da viagem e transporte até a sede, agravadas com o correr do tempo. [...] referiam-se às dificuldades encontradas no trato com os senhores, às suas arbitrariedades, tolhendo os movimentos dos colonos [...] e obrigando-os a outros serviços não especificados em contrato.

Além desses reclamações, ocorriam também apropriação inadequada dos excedentes dos colonos produzidos nas lavouras por parte dos fazendeiros, sem qualquer limite, desrespeitando-os (HALL, 1989). Ademais, os objetivos dos fazendeiros era conferir as terras de baixa qualidade, com quem em tese deveriam compartilhar parte do lucro, e atribuir as que estavam em melhores condições ao sistema de trabalho escravo (DA COSTA, 1989). Os trabalhadores imigrantes reagiram a essas ações de diversas formas, resultando em pequenas rebeliões. Como exemplo temos a que aconteceu em 1857, na Fazenda Ibicaba, em Limeira, que a pioneira ao implantar esse sistema de parceria. Dentre esses acontecimentos, Michael Hall (1989) afirma que houveram casos de assassinatos de fazendeiros e de pessoas que os auxiliavam na administração.

Esse sistema de parceria entra em decadência a partir do momento em que inovações em logística e no maquinário nas lavouras ganhavam cada vez mais espaço, possibilitando a economia nos custos com trabalhadores (DA COSTA, 1989). Além disso, tomando conhecimento dos acontecimentos, autoridades de países europeus passaram a vetar empresas brasileiras de fazerem tais atuações em seus países. Com isso, a problemática da mão de obra se coloca em outros parâmetros. As mudanças na capacidade produtiva alteraram, de certa forma, as relações estabelecidas por ambas as partes, fazendo com que as finanças dos fazendeiros ficassem cada vez mais custosas, por assim o sistema de parcerias tornava-se impraticável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, torna-se possível entender que a problemática que envolve o contexto da mão de obra imigrante no Brasil é caracterizada por contradições e complexidades em seus detalhes. As pressões externas exercidas, principalmente, pela Inglaterra, que levaram ao fim progressivo da escravidão, conforme exposto previamente, afetou negativamente a oferta de mão de obra para a produção, especialmente agrícola brasileira, dando início a utilização de mão de obra imigrante

assalariada. Em outras palavras, tal movimento de interrupção do tráfico de escravos trouxe a tona a utilização de mão de obra livre, contrariamente utilizada no Brasil colônia. Assim, o sistema de parcerias como solução ao problema da oferta de mão de obra na produção de café parece ter sido o precursor da utilização da mão de obra como uma mercadoria.

Além de uma suposta baixa oferta de braços nativos, o contexto internacional, principalmente a crise italiana, contribuiu para este capítulo da história dos meios de produção do Brasil acontecer. Com o intuito de suprir a demanda, os grandes produtores atraíram os italianos que, por sua vez, buscavam melhores condições de vida.

No entanto, não é possível afirmar que as expectativas foram atendidas. Os imigrantes foram submetidos à um processo diferente do que imaginavam e tiveram que enfrentar baixos salários, endividamento com os custos da viagem, castigos físicos, dentre outras situações já descritas. Esse contexto acabou gerando pequenas revoltas por parte dos trabalhadores ao reivindicarem melhores condições, o que levou os cafeicultores a insatisfação com os mesmos, considerando-os indisciplinados, indispostos ao trabalho e improdutivos. Dessa forma, a relação entre trabalhadores estrangeiros e cafeicultores não era das mais amigáveis.

Cabe aqui ressaltar a importância do papel dos imigrantes no Brasil. Com o regime de trabalho livre em pauta, a necessidade de mão de obra considerada barata ascendeu no país, uma vez que se desejava manter os custos de produção menores possíveis. Além disso, os europeus podiam ofertar uma qualificação maior que a força de trabalho explorada até então - a mão de obra escrava. Sendo assim, os imigrantes foram fundamentais para e a manutenção da soberania da cultura cafeeira brasileira.

Por fim, fica evidente que a grande indústria escravista não seria capaz de reativar a economia mercantil nacional, visto que, os custos da indústria escravista eram superiores ao da capitalista. A forma de organização capitalista, pressupondo o trabalho livre, auferia cada vez mais lucros dada a disponibilidade de terras e a alta produtividade com máquinas de beneficiamento e custos de transporte mais barato devido às estradas de ferro que ali apareciam no bojo do crescimento e interiorização da produção de café.

O cessar do tráfico e o avanço das relações de produção capitalista das lavouras de café leva Mello (1998) afirmar que há um contraste marcante de um caráter cada vez mais progressivo do capitalismo no Brasil até então mercantil-escravista, dado a transformação da economia global naquele momento, que se reverberou em uma transição da condição de não mercadoria para a de mercadoria do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**: da escravidão ao assalariamento. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2003.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2007.
- COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. 5ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2007.
- HALL, Michael. Imigrantes. In: **Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura**, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.
- NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1978.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 10ª edição. Campinas: Unicamp, 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.